

**IMUNIDADE/ISENÇÃO/REMISSÃO/BENEFICIADOS –
IPTU/TCRS/ITBI/ISS/CCSIP/CIPS
LEGISLAÇÃO EM VIGOR**



Juiz de Fora
Prefeitura

**IMUNIDADE/ISENÇÃO/REMISSÃO/BENEFICIADOS –
IPTU/TCRS/ITBI/ISS/CCSIP/CIPS
LEGISLAÇÃO EM VIGOR**

DESCRIÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL			
	IPTU	TCRS	ITBI	ISS
UNIÃO/ESTADO/DISTRITO FEDERAL (1)	Art.150, VI, “a”, da Constituição Federal	Não se aplica	Art.150, VI, “a”, da Constituição Federal	Art.150, VI, “a”, da Constituição Federal
ENTIDADES RELIGIOSAS E TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, INCLUSIVE SUAS ORGANIZAÇÕES ASSISTENCIAIS E BENEFICENTES (2)	Art.150, VI, “b”, § 4º, da Constituição Federal	Não se aplica	Art.150, VI, “b”, § 4º, da Constituição Federal	Art.150, VI, “b”, § 4º, da Constituição Federal
PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS FUNDAÇÕES (2)	Art.150, VI, “c”, 4, da Constituição Federal	Não se aplica	Art.150, VI, “c”, 4, da Constituição Federal	Art.150, VI, “c”, 4, da Constituição Federal
INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS (2)	Art.150, VI, “c”, § 4º, da Constituição Federal	Não se aplica	Art.150, VI, “c”, § 4º, da Constituição Federal	Art.150, VI, “c”, § 4º, da Constituição Federal
AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO (2)	Art.150.VI, § 2º, § 4º, da Constituição Federal	Não se aplica	Art.150.VI, § 2º, § 4º, da Constituição Federal	Art.150.VI, § 2º, § 4º, da Constituição Federal

**IMUNIDADE/ISENÇÃO/REMISSÃO/BENEFICIADOS –
IPTU/TCRS/ITBI/ISS/CCSIP/CIPS
LEGISLAÇÃO EM VIGOR**

ENTIDADE SINDICAL DE TRABALHADORES	Art.150, VI, “c”, § 4º, da Constituição Federal	Não se aplica	Art.150, VI, “c”, § 4º, da Constituição Federal	Art.150, VI, “c”, § 4º, da Constituição Federal
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	Art.150, VI, “a” c/c § 2º, da Constituição Federal Proc.1403/45 vol.02	Não se aplica	Art.150, VI, “a” c/c § 2º, da Constituição Federal Proc.1403/45 vol.02	Art.150, VI, “a” c/c § 2º, da Constituição Federal Proc.1403/45 vol.02
EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	Art.150, VI, “a” c/c § 2º, da Constituição Federal Proc.7513/1984	Não se aplica	Art.150, VI, “a” c/c § 2º, da Constituição Federal Proc.7513/1984	Art.150, VI, “a” c/c § 2º, da Constituição Federal Proc.7513/1984
LOCATÁRIOS DE TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	Art.156, § 1º - A, da Constituição Federal, Art. 7º, IX, da Lei 14.544/2022	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
BENS OU DIREITOS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO DE PESSOA JURÍDICA; TRANSMISSÃO DE BENS OU DIREITOS DECORRENTE DE FUSÃO, INCORPORAÇÃO, CISÃO OU EXTINÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, RESPEITADA A RESSALVA CONSTITUCIONAL	Não se aplica	Não se aplica	Art. 156, §2º, I, CF. Art. 2º, Lei 10862/2004.	Não se aplica
PJF	Art.150, VI, “a”, da Constituição Federal	Não há taxa para pagamento de taxa de serviço prestado pela própria administração.	Art.150, VI, “a”, da Constituição Federal	Art.150, VI, “a”, da Constituição Federal
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OU CÔNJ. SOBREVIVENTE/SERVIDORES FEDERAIS CEDIDOS AO MUNICÍPIO, AINDA SERVIDORES DA AMAC/EMPAV/DEMLURB/EM CASA/CESAMA	Art. 7º, I, da Lei 14.544/2022	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

**IMUNIDADE/ISENÇÃO/REMISSÃO/BENEFICIADOS –
IPTU/TCRS/ITBI/ISS/CCSIP/CIPS
LEGISLAÇÃO EM VIGOR**

EX-COMBATENTE OU CÔNJUGE SOBREVIVENTE	Art. 7º, II, da Lei 14.544/2022	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
VIÚVAS	Art. 7º, III, da Lei 14.544/2022	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
APOSENTADOS/PENSIONISTAS	Art. 7º, III, da Lei 14.544/2022	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
AGREMIÇÕES ESPORTIVAS	Art. 7º, IV, da Lei 14.544/2022	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
IMÓVEIS SITUADOS EM ÁREA DE INTERESSE SOCIAL	Art. 7º, V, da Lei 14.544/2022	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
LOTES DE LOTEAMENTOS APROVADOS PELA PREFEITURA E REGISTRADOS NO REGISTRO DE IMÓVEIS, INCLUINDO OS CONDOMÍNIOS DE CASA E OS CONDOMÍNIOS DE LOTES DE QUE TRATA O ART. 1.358-A DA LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	Art. 7º, VI, da Lei 14.544/2022	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
O IMÓVEL DE TITULARIDADE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BAIROS E UTILIZADO COMO SEDE	Art. 7º, VII, da Lei 14.544/2022	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
OS IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO NOS 2 (DOIS) EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES AO DA CONCESSÃO DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, MEDIANTE REQUERIMENTO ATÉ 60 (SESSENTA) DIAS APÓS A EXPEDIÇÃO DO REFERIDO ALVARÁ	Art. 7º, VIII, da Lei 14.544/2022	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
EMCASA	Lei nº 7345/88	Lei nº 7345/88	Lei nº 7345/88	Não se aplica
EMPAV	Art. 12, Lei nº 4755/74 (REVOGADA)	Art. 12, Lei nº 4755/74 (REVOGA DA)	Art. 12, Lei nº 4755/74 (REVOGA DA)	Não se aplica
CESAMA	Art. 7º, Lei nº 7762/90	Art. 7º, Lei nº 7762/90	Art. 7º, Lei nº 7762/90	Não se aplica
IMÓVEIS TOMBADOS	Art. 50, Lei nº 10.777/2004 Decreto nº 8959/06	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
FUNALFA	Art. 24, Lei nº 5471/78	Não se aplica	Art. 24, Lei nº 5471/78	Art. 24, Lei nº 5471/78

**IMUNIDADE/ISENÇÃO/REMISSÃO/BENEFICIADOS –
IPTU/TCRS/ITBI/ISS/CCSIP/CIPS
LEGISLAÇÃO EM VIGOR**

PROGRAMA PONTO DE PARTIDA	Art 2º, Lei nº 9938/2000 Dec nº 7028/2001	Não se aplica	Não se aplica	Art 2º, Lei nº 9938/2000 Dec nº 7028/2001
REVITALIZAÇÃO ÁREA CENTRAL	Art. 2º, Lei nº 9612/99 Dec. nº 6594/99	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
CIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE MG	Lei nº 9205/98 Proc.4351/1980	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
IMÓVEIS INTEGRANTES DO PAR – CEF	Lei nº 10.123/2001 Dec nº 9067/2006 Dec nº 9293/2007	Não se aplica	Lei nº 10.123/2001 Dec nº 9067/2006 Dec nº 9293/2007	Lei nº 10.123/2001 Dec nº 9067/2006 Dec nº 9293/2007
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (Imóveis oriundos e vinculados ao Programa e enquanto pertencerem à Caixa Econômica Federal)	Art 1º, Lei nº 11.854/2009 Decreto nº 10.105/2010	Não se aplica	Art 1º, Lei nº 11.854/2009 Decreto nº 10.105/2010	Art 1º, Lei nº 11.854/2009 Decreto nº 10.105/2010
OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS DECORRENTES DE PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA DE BAIXA RENDA, QUANDO COORDENADOS POR ÓRGÃO DO PODER PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, NA PRIMEIRA AQUISIÇÃO.	Não se aplica	Não se aplica	Art. 4º, II, Lei 10.862/2004.	Não se aplica
PERMUTA DE BENS IMÓVEIS OU DE DIREITOS A ELES RELATIVOS, QUANDO REALIZADA COM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, EM RAZÃO DE INTERESSE ÚNICO E EXCLUSIVO DESTA	Não se aplica	Não se aplica	Art. 4º, IV, Lei 10.862/2004.	Não se aplica
PARA OS EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS QUE SE INSTALAREM, ENTRE 01/AGO/2010 A 31/DEZ/2020, NAS ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE ECONÔMICO DO MUNICÍPIO - AEIE	Art. 2º, Lei nº 12.203/2010 e Decreto nº 10.951/2011	Não se aplica	Art 1º, §1º, Lei 12.203/2010 Decreto nº 10951/2011	Art. 3º, Lei nº 12.203/2010 e Decreto nº 10.951/2011

**IMUNIDADE/ISENÇÃO/REMISSÃO/BENEFICIADOS –
IPTU/TCRS/ITBI/ISS/CCSIP/CIPS
LEGISLAÇÃO EM VIGOR**

PARA IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS/CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS E PARQUES TECNOLÓGICOS NO MUNICÍPIO	Art. 8º, Lei nº 12.464/2012	Não se aplica	Art. 9º, Lei nº 12.464/2012	Art. 10, Lei nº 12.464/2012
PERMUTA DE BENS IMÓVEIS QUANDO REALIZADA COM A P.J.F, EM RAZÃO DE INTERESSE ÚNICO E EXCLUSIVO DESTA	Não se aplica	Não se aplica	Art. 1º, Lei 8063/1992	Não se aplica
IMÓVEIS COM CARACTERÍSTICAS DEFINIDAS EM LEI OU VALOR VENAL DE ATÉ 650 UFM'S	Art. 1º, Lei nº 8008/91 Lei nº 8606/94 (art.12,III) Lei nº 9186/97 (art.5º)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ARDAGH METAL PACKAGING BRASIL LTDA	Art. 3º, I, Lei 14.467/2022	Não se aplica	Art. 3º, II, Lei 14.467/2022	Art. 3º, III, Lei 14.467/2022
ARDAGH METAL GLASS BRASIL LTDA	Art. 3º, I, Lei 14.468/2022	Não se aplica	Art. 3º, II, Lei 14.468/2022	Art. 3º, III, Lei 14.468/2022
AUTÔNOMOS COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 65 ANOS	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Art. 1º, Lei 11.499/2007
LEI DE TRANSAÇÃO PERMANENTE	Lei 14.532/2022	Lei 14.532/2022	Lei 14.532/2022	Lei 14.532/2022

OBS: (1) Todo o patrimônio

(2) Somente o patrimônio relacionado às finalidades essenciais da entidade

ISENÇÃO CIPS

Lei 15.040/2024, Anexo único

ISENÇÃO CCSIP

Lei 10.364/2002, Anexo Único

Já contemplada na previsão das receitas, não cabendo, s.m.j. qualquer proposição de aumento de receita de caráter compensatório nos termos do art. 14 da LC 101/2000.